

## MAIS AUSTERIDADE, SACRIFÍCIO DO FUTURO. OUTROS CAMINHOS SÃO POSSÍVEIS

### **Apreciação da CGTP-IN sobre o PEC 2011-2014**

O Governo apresentou um novo Programa de Estabilidade e de Crescimento para o período de 2011-2014 (PEC 2011-2014 ou apenas PEC). O modo como foi determinado (em negociação com autoridades europeias) e apresentado (directamente em Bruxelas sem conhecimento de órgãos de soberania, dos partidos políticos e dos parceiros sociais) desencadeou uma crise política com desenvolvimentos ainda em curso.

A CGTP-IN considera, porém, que, mesmo sem desvalorizar os aspectos processuais – bem reveladores dum desprezo pelo normas elementares de funcionamento democrático e do sentir da população que tem expresso um descontentamento generalizado – é bem mais importante analisar o seu conteúdo tendo em conta opções de política desastrosas que impõem sempre mais sacrifícios aos já antes vítimas desta política e ao alienarem o futuro do país.

### ***Círculo vicioso entre a consolidação orçamental e a recessão económica***

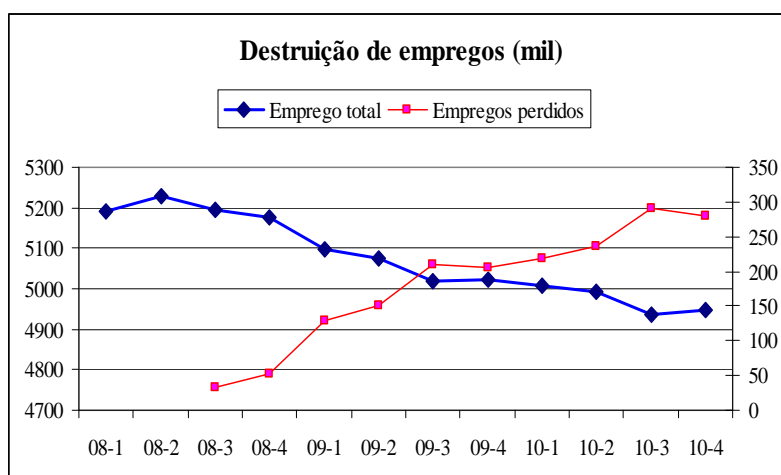
O Governo e as autoridades europeias conduziram o país ao desastre económico com custos cuja globalidade é difícil de imaginar. A CGTP-IN reconhece que o capital financeiro, que não se quis regular eficazmente apesar da responsabilidade na crise mundial recente, e as autoridades europeias têm uma grave responsabilidade neste desastre. Recorda que, ainda na semana passada, uma agência de notação internacional baixou a classificação da dívida soberana, horas antes duma emissão de dívida pública. E salienta a falta de solidariedade de uma UE, comandada pela Alemanha, cuja única preocupação é pôr a salvo a sua própria banca; que impõe prazos irrealistas para a redução do défice; que advoga uma austeridade na linha dos programas do FMI; e quer aprovar de medidas de governação económica que irão condenar o país a uma posição ainda mais marginal na Europa.

Mas o Governo não é menos irresponsável. Não só aceitou como decidiu comprimir o prazo para ter um défice inferior a 3% (a alcançar em 2012) o qual é inferior ao previsto para a Grécia (2013) e Irlanda (2015). Fê-lo quando sabe que essa redução não é possível sem por em causa o crescimento e o emprego, como mostram estudos feitos pelo FMI. É o que se está a verificar com o Governo a admitir o regresso à recessão (ainda há pouco dizia que o Banco de Portugal estava enganado!). Continua-se a ser pouco realista quando se prevê que se retome o crescimento económico e o aumento do emprego em 2012, num contexto de compressão da procura interna e de redução da procura externa relevante. É aliás a precariedade das previsões económicas que leva a que o PEC inclua cortes adicionais da despesa (de 0,8% do PIB) este ano.

O país foi conduzido a um círculo vicioso em que cada novo programa de austeridade, dado o seu impacto recessivo, torna a consolidação orçamental mais difícil, faz aumentar os juros da dívida pública e provoca a “necessidade” de mais austeridade. Foi aliás este o argumento (menos crescimento) que uma agência de notação usou para baixar a classificação atribuída a Portugal.

### ***Destruição acelerada de emprego, pressão sobre os salários e flexibilidade do mercado de trabalho***

A destruição acelerada do emprego e o agravamento do desemprego são as principais consequências. O emprego está a ser destruído a um ritmo sem precedentes. Portugal é o 2º país da UE onde o emprego caiu mais face ao declínio do PIB, sendo apenas inferior ao de Espanha. No total foram destruídos perto de 300 mil empregos desde o 2º trimestre de 2008. Caiu mesmo em 2010 apesar de ter havido crescimento económico (1,4%). Nestas condições, não é infelizmente credível que o emprego possa aumentar a partir de 2012 face à previsão de baixo crescimento económico. É também pouco provável que a taxa de desemprego se reduza a partir do próximo ano ainda que no período do PEC (2011-2014) esteja sempre próxima ou acima dos 10% (com 11,2% este ano).



Fonte: Obtido a partir de dados de Inquérito ao Emprego  
Destruição de emprego (escala da direita)

O nível de vida irá reduzir-se e a pressão sobre os salários acentuar-se-á, como indicia a evolução das despesas com o pessoal da Administração Pública em que se prevê uma redução em termos nominais.

E há uma intenção clara de continuar a desregular um mercado de trabalho que apresenta uma das mais altas taxas de precariedade. O que significa desprotecção dos trabalhadores que ficam muito mais vulneráveis aos despedimentos. É chocante que o Governo se gabe da elevada flexibilidade da legislação portuguesa que diz ser superior à de Alemanha, França, Espanha, Bélgica, Luxemburgo, Eslovénia e Grécia na sua saudação a um acordo de concertação social que aumenta a flexibilidade, reduz as indemnizações por despedimento e incentiva a precariedade (o que mostra que deixou cair o discurso, aliás hipócrita, da flexigurança). Quanto ao PEC, as medidas previstas vão no sentido de mais desregulamentação ainda que faltem clarificações: flexibilização dos horários de trabalho, não garantia de revisão do salário mínimo para 500 euros (que deveria ter ocorrido em Janeiro), ameaça de estender o corte das indemnizações por despedimento aos contratos em vigor e avaliação do impacto na competitividade da extensão de convenções colectivas.

### ***Agravamento da desigualdade na partilha dos sacrifícios***

Os sucessivos programas de austeridade não só obrigam a uma redução brutal do défice como fazem de novo recair o grosso dos sacrifícios sobre os trabalhadores, os pensionistas, os

desempregados, os grupos sociais mais vulneráveis. As opções poderiam ter sido outras como a CGTP-IN se tem sistematicamente pronunciado. O défice poderia ser reduzido num prazo sustentável com o crescimento e com equilíbrio social. Fazê-lo seria um imperativo considerando que o país precisa de se desenvolver; e que o detonador directo da crise mundial foi a especulação desenfreada do capital financeiro, não os grupos sociais que continuam a ser penalizados.

No novo PEC são de novo os cortes na despesa que prevalecem (1,6% do PIB face a 0,9% para a receita). Nos cortes para 2012 perto de metade (47%) vêm de reduções na despesa com as pensões, com os medicamentos e os sistemas públicos de saúde e com a rede escolar. Este impacto será superior porque outros cortes têm impactos sobre o nível de vida, como é o caso das medidas para o sector dos transportes e de outro aumento das tarifas este ano. O alvo é a despesa social e não a redução de despesas desnecessárias, incluindo o desperdício e o subaproveitamento de recursos (por ex., na saúde).

O corte das despesas desnecessárias poderia ser apoiado com o aumento de receitas que incidissem sobre os maiores rendimentos, sobre a propriedade, sobre os lucros de grandes empresas, sobre artigos de luxo (por ex., a Grécia criou um imposto de 10% a 40% sobre automóveis de luxo), sobre a eliminação de benefícios fiscais não justificados e sobre o combate à fraude e à evasão. Sem prejuízo de reconsiderar as deduções fiscais à luz de objectivos de equidade. O sistema fiscal seria mais progressivo e seria poupada a generalidade da população, incluindo aquela que por ter menor rendimento o gasta em consumo, pelo que as implicações na redução do consumo seriam baixas. O que tem acontecido é o aumento da tributação indirecta, que é mais injusta, e o aumento dos impostos dos que já os pagam.

O aumento adicional da receita resulta do reforço do combate à informalidade, à fraude e evasão fiscais (0,1% do PIB em 2012 e 0% em 2013), cujo montante adicional constante no PEC seria, nestes 2 anos, da ordem dos 160 milhões de euros. O mínimo que se poderá dizer é que esta verba é ridícula, uma vez que se estima que, por aquelas razões, as receitas do Estado são diminuídas em mais de 10 mil milhões de euros, em cada ano.

#### *Quebra nas prestações sociais e congelamento das pensões*

O PEC vai continuar uma política de redução de prestações sociais, incluindo as que se dirigem aos grupos sociais mais vulneráveis. A consequência é a rápida descida do número de beneficiários de prestações como o rendimento social de inserção, as prestações de desemprego e o abono de família. Esta redução tem origem na alteração das regras de determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção de prestações sociais e outros apoios atribuídos pelo Estado e na revisão do subsídio de desemprego, ocorridas no ano passado. (cobertura do subsídio de desemprego)

**Quadro 1- Variação no número de beneficiários de prestações sociais  
Período Jan2010-Jan2011**

<b>Mês/ANO</b>	<b>Desempregados a receberem subsídio de desemprego</b>	<b>Crianças a receberem abono de família</b>	<b>Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)</b>
Jan-10	359.369	1.707.306	396.393
Fev-10	373.205	1.714.288	399.473
Mar-10	359.873	1.723.306	404.829
Abr-10	371.131	1.739.557	389.671
Mai-10	365.166	1.747.687	394.881
Jun-10	355.096	1.764.277	395.341
Jul-10	354.017	1.759.569	384.216
Ago-10	342.122	1.762.964	364.450
Set-10	331.092	1.762.642	364.030
Out-10	316.695	1.762.343	360.765
Nov-10	309.649	1.375.500	342.375
Dez-10	295.218	1.372.500	325.068
Jan-11	296.283	(*)	332.589
<b>Jan2011-Jun2010</b>	<b>-58.813</b>	<b>-391.777</b>	<b>-62.752</b>

FONTE: Jan2010-Dez2010: Boletim Estatístico - MTSS; Jan2011: Estatísticas da Segurança Social-2011; (\*) O número de beneficiários ainda não foi ainda divulgado pela Segurança Social

Esta política vai ser continuada e agravada com a redução dos montantes de transferências para a segurança social e com uma nova revisão da legislação das prestações de desemprego. O PEC não é claro a este respeito, mas, segundo um documento que se encontra no portal do Governo, pretende-se rever as condições de atribuição e as regras relativas ao tempo de atribuição para as diferentes categorias de beneficiários. Por outro lado, a continuação do congelamento do Indexante dos Apoios Sociais significa o congelamento de todas as prestações e apoios sociais atribuídos pelo Estado.

A insensibilidade social foi ao ponto de se prever a continuação do congelamento de todas as pensões em 2012 e 2013, incluindo as pensões mínimas. No PEC o Governo recua admitindo uma actualização limitada que se cinge às pensões mínimas. As restantes continuarão a perder poder de compra face a aumentos de inflação de 2,7% em 2011 e de 2,1% em 2012 e 2013. E as pensões com valor acima de 1500 euros terão uma redução adicional por via da incidência de uma taxa a criar.

#### *Sacrifício do futuro*

O PEC representa uma nova travagem do investimento público em 2011 através das medidas de austeridade adicionais, o que abrange a construção de equipamentos escolares, outros equipamentos colectivos e infra-estruturas de transportes. Só em 2014 é que se prevê que o investimento (público e privado) volte a crescer.

As privatizações serão aceleradas prevendo-se abranger empresas nas áreas de energia, construção e reparação naval, tecnologias de informação e de comunicação, serviço postal, infra-estruturas aeroportuárias, transporte aéreo e transporte ferroviário. Prevê-se que as receitas de privatizações passem de 0,5% do PIB em 2011 para 1,3% em 2012 e 2013. O que está em curso é a liquidação de quase tudo o que resta do Sector Empresarial do Estado.

Os sucessivos programas de austeridade comprometem o futuro do país: agravam as desigualdades sociais; diminuem o nível de vida da generalidade da população; em conjugação com o acordo de concertação social sobre a competitividade e o emprego reforçam a precarização das relações de trabalho; diminuem a capacidade das políticas económicas para actuarem para fazerem o país crescer. Em suma, sacrificam o futuro do país.

Lisboa, 23.3.2011

